

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

LÍNGUA PORTUGUESA

A importância da educação e conscientização no combate à violência feminina

No contexto atual, é alarmante constatar que muitas mulheres ainda desconheçam os diferentes tipos de violência feminina perpetrados contra elas. Essa falta de conhecimento não apenas contribui para a perpetuação do ciclo de abuso, mas também as impede de buscar ajuda e se proteger adequadamente. Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.

A violência física, por exemplo, manifesta-se através de agressões diretas como socos, chutes e empurrões, deixando marcas visíveis e emocionais profundas. Já a violência psicológica, talvez menos evidente, é igualmente devastadora, minando a autoestima e o bem-estar emocional da vítima por meio de humilhações, xingamentos e ameaças constantes.

A violência sexual é outra forma de agressão que merece atenção especial. Ela engloba qualquer tipo de abuso, coerção ou intimidação sexual não consentida, deixando cicatrizes emocionais que muitas vezes perduram por toda a vida. Enquanto isso, a violência patrimonial é uma realidade cruel na qual a vítima é submetida ao controle abusivo de seus bens e recursos financeiros, limitando sua independência e liberdade.

Por fim, a violência moral, muitas vezes subestimada, também causa danos significativos ao expor a intimidade da mulher, difamando-a publicamente e comprometendo sua dignidade e reputação.

Para combater essa falta de conhecimento e conscientizar as mulheres sobre seus direitos e formas de se protegerem, é fundamental implementar programas educacionais desde cedo, principalmente nas escolas. Educar crianças e adolescentes sobre respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento e valores. Ao incluir em suas grades curriculares conteúdos relacionados à violência de gênero, as escolas contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na luta contra a violência feminina. Além disso, é importante que as instituições de ensino ofereçam espaços seguros e acolhedores onde os alunos possam discutir abertamente questões relacionadas à violência de gênero, esclarecer dúvidas e buscar apoio em casos de violência.

Além disso, é crucial que o papel da mulher como mãe seja valorizado e discutido dentro das famílias. Conversas abertas sobre questões relacionadas à violência de gênero e o ensino aos filhos sobre o respeito e a valorização das mulheres desde cedo são eficazes na promoção de mudanças culturais e comportamentais.

Outra medida importante é a adoção de políticas mais rigorosas pelas plataformas digitais, que devem coibir publicações agressivas ou que promovam a violência contra as mulheres. A fiscalização rigorosa nessas plataformas pode ajudar a prevenir a disseminação de discursos de ódio e a proteger as mulheres do assédio *online*.

As plataformas digitais têm uma visibilidade ampla e a capacidade de disseminar informações rapidamente. Portanto, é essencial que utilizemos essas ferramentas de forma responsável e ética, promovendo a conscientização e o combate à violência feminina em todas as esferas da sociedade.

É essencial que a sociedade se una para garantir que essas leis sejam implementadas efetivamente e que as mulheres tenham acesso à informação, justiça e proteção necessárias para viverem livres de violência.

(Advogado Paulo Meira Passos, Diretor-Chefe da Meira Passos Advogados e Advogado da Comissão da OAB-MG. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/>>. Acesso em: fevereiro de 2024.)

Questão 01

Acerca do emprego do acento indicativo de crase no título do texto, pode-se afirmar que:

- A) É facultativo, considerando que o termo regente pertence ao gênero masculino.
- B) É facultativo, já que o termo regente trata-se de uma expressão composta por um substantivo e adjetivo.
- C) É obrigatório, reconhecendo-se a exigência da regência nominal estabelecida e o gênero do termo regido.
- D) É obrigatório, reconhecendo-se a exigência da regência verbal estabelecida e a classificação morfológica do termo regido.

Questão 02

Considerando-se que o texto apresenta recursos e processos argumentativos para a construção de posicionamentos do enunciador acerca do tema tratado assim como de subtemas a ele relacionados, a seguir os trechos destacados apresentam expressão subjetiva na construção de tais posicionamentos, tendo direta relação com os processos citados, com EXCEÇÃO de:

- A) “A violência sexual é outra forma de agressão que merece atenção especial.” (3º§)
- B) “A violência física, por exemplo, manifesta-se através de agressões diretas como socos, chutes e empurrões, [...]” (2º§)
- C) “No contexto atual, é alarmante constatar que muitas mulheres ainda desconheçam os diferentes tipos de violência feminina [...]” (1º§)
- D) “Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.” (1º§)

Questão 03

Em relação ao título do texto e às relações morfossintáticas e semânticas estabelecidas em sua construção pode-se afirmar que:

- A) O termo “violência” atua como determinante de “feminina”.
- B) O termo “feminina” atua como determinante de “violência”.
- C) O termo “combate” está determinado pela expressão “violência feminina”.
- D) A ausência do artigo definido diante do termo “educação” torna o seu sentido genérico.

Questão 04

O título “A importância da educação e conscientização no combate à violência feminina” atribuído ao texto refere-se diretamente às ideias trazidas ao texto nos parágrafos indicados a seguir:

- A) 3º e 4º parágrafos.
- B) 5º e 6º parágrafos.
- C) 1º ao 5º parágrafo.
- D) 5º ao 10º parágrafo.

Questão 05

“Essa falta de conhecimento não apenas contribui para a perpetuação do ciclo de abuso, mas também as impede de buscar ajuda e se proteger adequadamente.” (1º§) A locução conjuntiva “mas também”, nesse contexto:

- A) Estabelece uma ideia de acréscimo em relação à oração posterior.
- B) Estabelece uma relação de oposição, pois opõe “a falta de conhecimento” ao referido impedimento.
- C) Estabelece relação de acréscimo, adição, desempenhando a mesma função de uma conjunção aditiva.
- D) Não estabelece relação de oposição entre as duas orações, mas entre o período destacado e ideia expressa no período seguinte.

Questão 06

Acerca do conectivo sublinhado em “Educar crianças e adolescentes sobre respeito, igualdade de gênero e prevenção da violência é essencial para criar uma sociedade mais justa e igualitária.” (5º§), pode-se afirmar que há a indicação de uma ideia de:

- A) Retificação.
- B) Efeito visado.
- C) Efeito contingente.
- D) Consequência desejada.

Questão 07

Considerando o emprego dos mecanismos de coesão textual no texto assim como sua relevância para que a mensagem tenha a devida compreensão, pode-se afirmar que no primeiro parágrafo do texto, a manutenção do elemento introduzido “muitas mulheres” pode ser identificada em:

- A) Uma ocorrência apenas.
- B) Duas ocorrências apenas.
- C) Três ocorrências no total.
- D) Seis ocorrências no total.

Questão 08

“Ela engloba qualquer tipo de abuso, coerção ou intimidação sexual não consentida, deixando cicatrizes emocionais que muitas vezes perduram por toda a vida.” (3º§) O pronome relativo destacado foi empregado como recurso coesivo que estabelece, no enunciado, relação de referência com:

- A) Os tipos de abuso sofridos pelas mulheres.
- B) A marcação temporal indicada: toda a vida.
- C) Os abusos específicos: coerção e intimidação sexual.
- D) Consequências mencionadas tais como cicatrizes emocionais.

Questão 09

“Dentro dessa realidade preocupante, destacam-se diversos tipos de violência feminina, cada um com suas características e impactos específicos.” (1º§) A flexão no plural da forma verbal empregada no período anterior justifica-se, pois:

- A) A forma verbal deve concordar com o sujeito composto apresentado.
- B) A forma verbal deve concordar com o sujeito que também está no plural.
- C) O verbo impessoal não apresenta variação, apenas uma única forma: terceira pessoa do plural.
- D) A forma na terceira pessoa do plural é característica do sujeito indeterminado conforme é visto no período.

Questão 10

No último parágrafo do texto, é possível reconhecer a retomada de um posicionamento do enunciador e uma referência a ideias propositivas em relação à situação-problema apresentada, que é um dos recursos textuais característicos do

- A) texto injuntivo.
- B) texto prescritivo.
- C) discurso indireto.
- D) discurso dissertativo.

Questão 11

Segundo as informações e ideias trazidas ao texto, é correto afirmar que:

- A) O autor estabelece uma afirmativa hipotética acerca da violência psicológica, apresentando também algumas de suas consequências.
- B) Ao dizer que a violência sexual “merece atenção especial”, a autora explicita que tal tipo de violência pressupõe um melhor atendimento às vítimas que os demais.
- C) O controle dos bens está diretamente relacionado à violência contra o indivíduo nos mais diversos segmentos sociais; sem distinção de classe, idade ou situação econômica.
- D) Em oposição ao que é possível constatar em situações históricas passadas, a maioria das mulheres pode constatar e reconhecer-se como participante de um grupo que não mais está silenciado.

Questão 12

Em “*Enquanto isso, a violência patrimonial é uma realidade cruel na qual a vítima é submetida ao controle abusivo de seus bens e recursos financeiros, limitando sua independência e liberdade.*” (3º§), a expressão introdutória do período destacado indica:

- A) Temporalidade concomitante.
- B) A consumação de um processo.
- C) Ocasão referente ao momento exclusivo da enunciação.
- D) Frequência de um fato independentemente de eixo referencial.

Questão 13

No trecho “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, pois são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento e valores.*” (6º§), a argumentação do articulista mostra:

- A) Uma afirmativa seguida de uma oração explicativa relacionada ao tema textual.
- B) A apresentação de um fato hipotético apontado como uma afirmativa indiscutível.
- C) Um tangenciamento do tema, indicando um desvio aceitável em relação ao citado.
- D) O emprego do argumento de autoridade, considerando a qualificação informada acerca do autor.

Questão 14

Considerando o contexto, pode-se afirmar que, dentre os termos destacados a seguir, tem seu significado expresso de forma correta o indicado em:

- A) “[...] é alarmante constatar” / contundente
- B) “[...] constatar que muitas mulheres” / averiguar
- C) “[...] tipos de violência feminina perpetrados contra elas.” / imergidos
- D) “[...] desconheçam os diferentes tipos de violência feminina” / experienciam

Questão 15

A repetição indevida de palavras e/ou expressões pode comprometer o texto em relação ao nível de linguagem e clareza na transmissão da mensagem produzida. Assim, pode-se observar a seguir o emprego de termos que funcionam como elementos de coesão que mantêm o referente textual já introduzido e que impedem tal inadequação, com EXCEÇÃO de:

- A) “*As escolas desempenham um papel fundamental nesse processo, [...]*” (6º§)
- B) “*Conversas abertas sobre questões relacionadas à violência de gênero [...]*” (7º§)
- C) “*Ao incluir em suas grades curriculares conteúdos relacionados à violência de gênero, [...]*” (6º§)
- D) “*Além disso, é crucial que o papel da mulher como mãe seja valorizado e discutido dentro das famílias.*” (7º§)

Questão 16

Os direitos e deveres individuais e coletivos são fundamentais para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. É essencial que sejam respeitados e promovidos tanto pelo Estado quanto pelos próprios indivíduos, visando garantir o pleno desenvolvimento e a dignidade de todas as pessoas. Assim, assinale a afirmativa correta com relação aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal.

- A) Conceder-se-á *habeas data* sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, soberania e cidadania.
- B) A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a Lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- C) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.
- D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de injunção que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Questão 17

A organização do Estado, nos termos da Constituição Federal brasileira, é estruturada de acordo com os princípios fundamentais estabelecidos na Carta Magna. Essa organização compreende a divisão e atuação dos Poderes, a distribuição de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, além das garantias fundamentais dos cidadãos. Em relação à organização do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.
- II. Os Estados devem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por Lei Complementar.
- III. É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.
- IV. A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 18

A organização dos Poderes em um Estado democrático é essencial para garantir o equilíbrio e a separação de funções entre os órgãos responsáveis pela elaboração, execução e interpretação das leis. Um dos Poderes fundamentais nesse sistema é o Poder Legislativo, que desempenha um papel central na elaboração das leis e no exercício da representação política da sociedade. Em relação à organização dos Poderes, analise as afirmativas a seguir.

- I. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços. Cada Senador será eleito com dois suplentes.
- II. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- III. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário. Cada Estado e o Distrito Federal poderão eleger até três Senadores, com mandato de oito anos.
- IV. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei ordinária, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 19

A competência comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios está prevista na Constituição Federal brasileira e abrange diversas áreas de atuação, nas quais todos os entes federativos têm responsabilidades compartilhadas. Essa competência visa promover a cooperação entre os diversos níveis de governo para o cumprimento de objetivos comuns e para o atendimento das necessidades da sociedade. Além disso, ela contribui para a descentralização administrativa e para a eficiência na prestação dos serviços públicos. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- B) Responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- C) Organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes.
- D) Normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

Questão 20

O Congresso Nacional é o órgão máximo do Poder Legislativo no Brasil e tem uma série de atribuições fundamentais para o funcionamento do Estado democrático. Composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, o Congresso exerce diversas competências que incluem desde a elaboração de leis até o controle e fiscalização do poder Executivo. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- A) Eleger membros do Conselho da República.
- B) Autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- C) Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- D) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Questão 21

O Estatuto Constitucional dos Deputados e Senadores no Brasil é estabelecido principalmente pela Constituição Federal de 1988. Ambas as Casas do Congresso Nacional possuem prerrogativas e deveres específicos. Considerando o exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- II. Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- III. O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo de quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período, do seu recebimento pela Mesa Diretora.
- IV. Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

Questão 22

As comissões permanentes e temporárias do Congresso Nacional são órgãos colegiados que desempenham um papel fundamental no processo legislativo e na fiscalização das atividades do Poder Executivo. Elas são compostas por parlamentares e têm como objetivo discutir, analisar e emitir pareceres sobre os projetos de lei e outras matérias que tramitam no Congresso, além de realizar estudos e investigações sobre temas específicos de interesse nacional. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe

- A) convocar o Ministro das Relações Exteriores para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.
- B) apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.
- C) receber petições, reclamações, representações ou queixas de sindicatos especializados contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.
- D) discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um terço dos membros da Casa.

Questão 23

A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) é uma legislação fundamental que garante aos cidadãos o direito de solicitar e receber informações públicas dos órgãos e entidades da Administração Pública, sejam eles do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, em todos os níveis federativos (federal, estadual, distrital e municipal). Em relação à Lei nº 12.527/2011, assinale a afirmativa correta.

- A) É dever da União garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- B) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- C) O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo não será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.
- D) É dever dos órgãos e das entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Questão 24

A Lei de Acesso à Informação representa um importante instrumento para promover a transparência e o acesso dos cidadãos às informações públicas, bem como para fortalecer a democracia e o controle social sobre as atividades do Estado. Seu cumprimento efetivo contribui para uma gestão pública mais transparente, responsável e democrática. O acesso à informação de que trata a referida normativa compreende, dentre outros, os direitos de obter:

- A) Informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.
- B) Informado do extravio da informação solicitada, deverá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
- C) O acesso à informação previsto compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- D) É direito dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Questão 25

A participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos são fundamentais para garantir a qualidade, eficiência e transparência na prestação dos serviços pela Administração Pública. No Brasil, diversas normas e dispositivos legais são estabelecidos com o objetivo de assegurar esses direitos e promover a cidadania. São direitos básicos do usuário nos termos da Lei nº 13.460/2017:

- A) Colaborar para a adequada prestação do serviço.
- B) Utilizar adequadamente os serviços, procedendo com urbanidade e boa-fé.
- C) Prestar as informações pertinentes ao serviço efetuado quando solicitadas.
- D) Manter atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade.

Questão 26

Um ato específico da Câmara Municipal de Belo Horizonte foi emitido, através do instrumento legal correto e pelo agente com poderes para tanto. O ato foi publicado e seu objeto é a alteração de procedimentos internos relativos aos funcionários da própria Câmara. Podemos afirmar que este ato contempla alguns princípios do direito administrativo:

- I. Legalidade.
- II. Impessoalidade.
- III. Publicidade.

Estão presentes no ato os princípios

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 27

A Câmara Municipal de Belo Horizonte fez uma alteração em sua estrutura interna, cujo objetivo foi a criação de departamentos especializados de forma a prestar os serviços da Câmara para os munícipes de forma mais eficiente e rápida. É possível afirmar que esta medida é um exemplo de:

- A) Descentralização política.
- B) Descentralização administrativa.
- C) Desconcentração administrativa.
- D) Descentralização e desconcentração administrativa e política.

Questão 28

Sobre consórcios públicos, assinale a afirmativa correta.

- A) Constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- B) Os consórcios públicos são constituídos por Lei Federal de iniciativa privativa do chefe do executivo.
- C) A União participa de todos os consórcios públicos em que exista interesse federal, independentemente de ser formado por Estados ou Municípios e de haver participação ou não dos Estados onde se localizam os Municípios envolvidos no consórcio.
- D) Os consórcios públicos de natureza privada se distinguem dos de natureza associativa pelo fato dos primeiros terem entre os consorciados entes privados, que não fazem parte da Federação, enquanto os segundos são formados apenas por entes da Federação.

Questão 29

Uma servidora pública, ocupante de cargo comissionado de livre nomeação, foi exonerada do cargo. Na publicação da exoneração foi indicado que a servidora pediu a exoneração do cargo, sendo publicada como “exoneração a pedido da servidora”. Entretanto, a servidora em questão não havia formulado qualquer pedido de exoneração. Aplicando-se ao caso concreto a “Teoria dos Motivos Determinantes”, assinale a afirmativa correta.

- A) Uma vez que o cargo da servidora é comissionado, ela está sujeita à dispensa *ad nutum*. Sendo assim, não há de se cogitar que o motivo determinante da dispensa seja vinculativo ao resultado de legalidade do ato.
- B) A exoneração não é legal, uma vez declarada a motivação do ato, enquanto sendo a pedido da servidora, gera-se uma vinculação de forma que o motivo do ato administrativo deve ser compatível com a situação que, de fato, gerou a manifestação de vontade da administração.
- C) O ato de exoneração é válido. Uma vez que o cargo é comissionado a dispensa do servidor é ato puramente discricionário da Administração Pública. Entretanto, será necessária a convalidação do ato, com efeitos *ex tunc*, através de nova publicação corretiva em relação à indicação de ter sido “a pedido” da servidora.
- D) A validade ou não da exoneração não está associada à motivação indicada no ato, o que é irrelevante para o caso. A motivação a qual se refere a teoria dos motivos determinantes é o motivo discricionário que existiria para a Administração Pública efetivar a exoneração. Caso exista um motivo de ordem pública para este fato, a indicação ou não do motivo, no ato de publicação da exoneração se torna irrelevante para a legalidade do ato.

Questão 30

Foi constatada uma irregularidade em procedimento licitatório e na execução do contrato respectivo. As irregularidades não são passíveis de saneamento. Levando-se em consideração este fato, analise as afirmativas a seguir.

- I. A despeito de irregularidade a decisão sobre a suspensão da execução ou declaração de nulidade do contrato decorrente somente será adotada na hipótese em que se revelar que a medida é de interesse público. Sendo possível, em determinados casos a continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos.
- II. Constatada irregularidade no procedimento licitatório, este se torna nulo de pleno direito, não sendo possível, a sua validação. Constatada a irregularidade no contrato decorrente de licitação lícita, esse pode ser convalidado. Nesta segunda hipótese, não sendo possível a convalidação, havendo o interesse público maior na continuidade do contrato, este pode ser cumprido e resolvida a irregularidade por meio de indenização por perdas e danos.
- III. No caso de declarada a nulidade de contrato administrativo, por irregularidade no contrato ou na licitação, por regra se operará a retroatividade, impedindo-se os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituídos os já produzidos. Na hipótese de ser possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida por indenização por perdas e danos.
- IV. Qualquer que seja a natureza da nulidade da licitação ou do contrato decorrente, a Administração Pública não terá o dever de indenizar o contratado pelo que já houver sido executado, independentemente de contratado ter contribuído ou não para a nulidade em questão.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

Questão 31

Segundo as normas previstas na Lei nº 7.863/1999 de Belo Horizonte, a ação disciplinar contra o servidor público prescreverá:

- I. Em cinco anos, em caso de infração punível com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- II. Em três anos, em caso de infração punível com suspensão.
- III. Em um ano, em caso de infração punível com repreensão.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) III, apenas

Questão 32

Uma pessoa jurídica praticou atos de corrupção em benefício próprio e de alguns de seus diretores. Nesse sentido, a pessoa jurídica responde

- A) objetivamente nos âmbitos administrativo e civil. Os diretores respondem subjetivamente.
- B) subjetivamente nos âmbitos administrativo e civil, estando sua responsabilização atrelada à responsabilização prévia dos diretores.
- C) sozinha e de forma objetiva nos âmbitos administrativos e civil. Os diretores não podem ser responsabilizados, uma vez que a pessoa jurídica já o foi.
- D) objetivamente nos âmbitos administrativo e civil. Os diretores respondem independentemente de culpa, desde que a pessoa jurídica seja considerada responsável pelo ato lesivo.

Questão 33

Dentro do sistema de controle interno da Administração Pública, o Analista de Controle Interno, ao avaliar um ato específico, constatou, em sua opinião, a existência de ilegalidade no ato. Frente a esta situação, fez o respectivo relatório e encaminhou para o seu chefe imediato, o qual seria o responsável por tomar providências. Passado algum tempo, o Analista percebeu que o ato não foi corrigido e que outros atos com o mesmo vício de ilegalidade estavam sendo realizados. O funcionário, que é o seu chefe imediato e recebeu o seu relatório original não tomou qualquer providência ou respondeu ao Analista o porquê de não o fazer. Frente a tal situação, o Analista deve:

- A) Comunicar ao fato à autoridade policial.
- B) Comunicar o fato diretamente ao chefe do órgão ao qual está vinculado.
- C) Comunicar o fato ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Corregedoria.
- D) Não pode fazer nada, uma vez que está atrelado à hierarquia e ao seu chefe imediato.

Questão 34

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) indica requisitos para o tratamento de dados. No caso de tratamento de dados feitos pela Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) Apenas mediante o consentimento expresso do titular.
- B) Para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários ao interesse da Administração Pública, de forma discricionária, desde que os dados sejam utilizados de acordo com as políticas governamentais.
- C) Para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições da própria LGPD.
- D) Para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à manutenção da ordem social e fiscalização dos indivíduos, mesmo que adentrando a esfera de dados sensíveis, desde que se mostrem necessário ou úteis a implantação de políticas de desenvolvimento, ações de fiscalização tributária e/ou apuração de infrações criminais.

Questão 35

A Administração Pública realizou um pregão, com o objetivo de reformar um imóvel para a instalação de uma unidade de saúde pública. Após realizado o pregão e antes de assinado o contrato para a reforma, constatou-se que seria mais benéfico ao poder público a desapropriação de um imóvel mais novo para o mesmo fim. Tendo em vista o fato, assinale a afirmativa correta.

- A) Uma vez que o pregão já está finalizado, a Administração Pública não tem mais a possibilidade de o revogar.
- B) O Pregão pode ser anulado por conveniência e oportunidade da Administração Pública, inexistindo efeitos decorrentes da anulação.
- C) O Pregão pode ser revogado por conveniência e oportunidade da Administração Pública, indenizando-se o contratado por eventuais prejuízos.
- D) O Pregão gera o direito vinculado ao vencedor de assinar o contrato respectivo. Para que seja revogado, há necessidade de decisão judicial neste sentido ou ato de vontade entre as partes no sentido de voluntariamente não se assinar ou rescindir o contrato.

CONHECIMENTOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Questão 36

A Câmara Municipal adquiriu um veículo para realizações de suas atividades. O contador deverá fazer a escrituração contábil do primeiro ano de sua depreciação. Sobre a conta depreciação acumulada, trata-se de uma conta de:

- A) Grupo das despesas.
- B) Natureza devedora do ativo.
- C) Natureza credora do ativo imobilizado.
- D) Grupo do passivo pelo fato de ser credora.

Questão 37

Considerando as alterações da Lei Federal nº 6.404/1976 no que se refere à Demonstração Contábil do Balanço Patrimonial, o subgrupo ajustes de avaliação patrimonial cujo objetivo é corrigir os valores dos ativos e dos passivos em relação ao valor justo, deverá ser evidenciado em qual grupo de conta patrimonial?

- A) Ativo Intangível.
- B) Ativo Imobilizado.
- C) Patrimônio Líquido.
- D) Receitas e/ou Despesas.

Questão 38

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 34 – Dos Custos no Setor Público, analise as afirmativas a seguir.

- I. É um dos objetivos do sistema de custos: mensurar e evidenciar os custos dos bens e serviços entregues à sociedade, bem como dos demais objetos de custos.
- II. Os métodos de custeio diferem entre si em função dos recursos utilizados ou consumidos que devem ou não ser atribuídos aos objetos de custos. Em estágios iniciais, com menor grau de maturidade de modelos de gerenciamento de custos, recomenda-se utilizar o método de custeio indireto, por serem atribuídos apenas os custos diretos.
- III. Os objetos de custos são determinados com base nas necessidades dos diferentes níveis gerenciais e definidos no modelo de gerenciamento de custos. Todo objeto de custo que não corresponda a bens e serviços entregues à sociedade é considerado intermediário, por exemplo: bens e serviços consumidos internamente, oferecidos e prestados entre centros de responsabilidade ou entidades.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 39

A entidade que elabora e apresenta as suas demonstrações contábeis no regime de competência deve aplicar a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 04 – Estoques, na contabilização de qual exemplo de estoque relacionado a seguir.

- A) Instrumentos financeiros.
- B) Material de consumo das unidades administrativas do governo.
- C) Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e o produto agrícola no ponto da colheita.
- D) Serviços em andamento proporcionados sem custos ou por valor irrisório cobrado diretamente do beneficiário.

Questão 40

O Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Dentre as informações fiscais a seguir, assinale a que NÃO é evidenciada no anexo.

- A) O demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- B) A evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- C) A avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- D) A avaliação da situação financeira e atuarial: I. dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador; II. dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial.

Questão 41

Em relação ao controle interno e externo da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. Controle exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União destinado à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Aplicar-se, no que couber, à fiscalização exercida pelas casas legislativas e tribunais.
- II. Controle institucional interno é aquele feito pela própria administração, no acompanhamento e na revisão de seus atos e práticas administrativas.
- III. A Controladoria Geral da União é um exemplo de órgão que exerce a função de controle externo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 42

O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Em uma situação hipotética em que a Câmara Municipal necessite adicionar-se à dotação orçamentária um reforço de saldo orçamentário insuficiente para empenhar as despesas de diárias de viagem, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, o tipo de crédito adicional deverá ser:

- A) Especial.
- B) Suplementar.
- C) Extraordinário.
- D) Complementar.

Questão 43

A Câmara Municipal aplicou parte do recurso público, recebido do repasse mensal da prefeitura. Os rendimentos financeiros apurados mensalmente deverão ser classificados como:

- A) Receitas de capital, de origem impostos, espécie impostos.
- B) Receitas de capital, de origem alienação de bens, espécie valores mobiliários.
- C) Receitas correntes, de origem receita patrimonial, espécie valores mobiliários.
- D) Receitas correntes, de origem receitas de serviços, espécie demais receitas correntes

Questão 44

Uma sociedade comercial adquiriu em março/2023 a prazo mercadorias para revenda e adicionalmente pagou à vista gastos com transporte. As informações sobre a operação estão a seguir:

Valor das Mercadorias	R\$ 60.000,00	Gastos com Transporte	R\$ 4.000,00
ICMS (regime normal)	R\$ 10.800,00	ICMS (regime normal)	R\$ 720,00
COFINS (regime não cumulativo)	R\$ 3.739,20	COFINS (regime não cumulativo)	R\$ 249,28
PIS (regime não cumulativo)	R\$ 811,80	PIS (regime não cumulativo)	R\$ 54,12

Considerando somente as informações apresentadas, o lançamento contábil que registra essa operação é:

- A)
 - D – Mercadorias para revenda R\$ 47.625,60
 - D – Tributos a Recuperar R\$ 16.374,40
 - D – Fornecedores R\$ 60.000,00
 - D – Caixa R\$ 4.000,00
- B)
 - D – Mercadorias para revenda R\$ 49.200,00
 - D – Tributos a Recuperar R\$ 15.351,00
 - D – Fornecedores R\$ 60.000,00
 - D – Caixa R\$ 4.551,00
- C)
 - D – Mercadorias para revenda R\$ 64.000,00
 - D – Tributos a Recuperar R\$ 11.520,00
 - C – Fornecedores R\$ 70.665,60
 - C – Caixa R\$ 4.854,40
- D)
 - D – Mercadorias para revenda R\$ 60.000,00
 - D – Tributos a Recuperar R\$ 16.374,40
 - C – Fornecedores R\$ 72.374,40
 - C – Caixa R\$ 4.000,00

Questão 45

Um determinado município formalizou Contrato de Concessão após o devido processo licitatório, passando a ser denominado concedente, com a empresa Transportadora Demais Ltda., para prestação de serviços de transporte urbano de passageiros, passando a ser denominada Concessionária. O Ativo da Concessão de Serviços é preexistente da Concedente, a qual regula os serviços que a Concessionária deve fornecer com o ativo, determinando a quem devem ser entregues e por qual preço, além de deter o controle de qualquer participação residual significativa no ativo ao final do prazo da concessão, por meio da propriedade, usufruto ou de alguma outra forma. Considerando o contexto apresentado, a Concedente deverá:

- A) Reclassificar o ativo preexistente da concedente como um “Ativo de Permissão para Obras”.
- B) Reclassificar o ativo preexistente da concedente como um “Ativo de Concessão de Serviços”.
- C) Baixar o ativo de seu patrimônio e transferir à Concessionária como “Ativo para Permissão para Obras”.
- D) Baixar o ativo de seu patrimônio e transferir à Concessionária como “Ativo para Concessão de Serviços”.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

Utilize as informações a seguir para responder às questões 46 e 47.

De acordo com a Resolução CFC nº 1.138/2008 – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Uma sociedade comercial apresentou a Demonstração do Resultado referente ao exercício de 2023:

Receita Bruta de Vendas	
Venda de Mercadorias	R\$ 150.000,00
(-) Deduções da Receita Bruta	
ICMS sobre Vendas	(R\$ 27.000,00)
Vendas Canceladas	(R\$ 3.000,00)
(=) Receita de Vendas Líquida	R\$ 120.000,00
(-) Custo	
Custo da Mercadoria Vendida	(R\$ 52.500,00)
(=) Lucro Bruto	R\$ 67.500,00
(-) Despesas Operacionais	
Despesas administrativas	
Despesa com salários	(R\$ 17.000,00)
Despesa com FGTS	(R\$ 1.360,00)
Despesa com serviços e utilidades	(R\$ 9.500,00)
Despesa com depreciação	(R\$ 7.000,00)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	
Receita de equivalência patrimonial	R\$ 1.320,00
(=) Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	R\$ 33.960,00
(+/-) Resultado Financeiro	
Receitas Financeiras	R\$ 1.050,00
Juros passivos	(R\$ 1.350,00)
(=) Resultado antes dos tributos sobre o lucro	R\$ 33.660,00
Imposto de Renda	(R\$ 5.049,00)
Contribuição Social sobre o Lucro	(R\$ 3.029,40)
(=) Resultado líquido do exercício	R\$ 25.581,60

Outras informações:

- Adquiriu Mercadorias para Revenda à vista no valor de R\$ 100.000,00, com incidência de ICMS calculado à alíquota de 18%;
- Vendeu 80% das mercadorias adquiridas, destacando-se o ICMS calculado à alíquota de 18%;
- A contribuição devida ao INSS corresponde a 35% das Despesas com Salários;
- As Despesas com Utilidades e Serviços referem-se a energia, água e *internet*, isentas de tributos;
- Não havia estoques iniciais e o PIS e COFINS são enquadrados no regime cumulativo;
- O Lucro foi distribuído da seguinte forma: 60% com dividendos e 40% com lucros retidos.

Questão 46

A DVA, em sua primeira parte, deve apresentar de forma detalhada a riqueza criada pela entidade.

(CFC, NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.)

Considerando somente a primeira parte da DVA, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Venda de Mercadorias e o Valor Adicionado Bruto evidenciarão, respectivamente, os valores de R\$ 150.000,00 e R\$ 76.475,61.
- II. O Custo das Mercadorias Vendidas e o total dos Insumos adquiridos de Terceiros evidenciarão, respectivamente, os valores de R\$ 64.024,39 e R\$ 73.524,39.
- III. As Retenções e o Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade evidenciarão, respectivamente, os valores de R\$ 7.000,00 e R\$ 66.475,61.
- IV. O Valor Adicionado recebido em Transferência e o Valor Adicionado a Distribuir evidenciarão, respectivamente, os valores de R\$ 2.370,00 e R\$ 68.845,61.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 47

A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída.

(CFC, NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.)

Considerando somente a segunda parte da DVA, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Remuneração de Pessoal evidenciará um valor de R\$ 24.310,00, sendo R\$ 17.000,00 de Remuneração Direta, R\$ 5.950,00 de INSS e R\$ 1.360,00 de FGTS.
- II. A Remuneração ao Governo evidenciará um valor de R\$ 29.504,01, sendo R\$ 23.554,01 de impostos e R\$ 5.950,00 de contribuição ao INSS.
- III. A Remuneração do Capital de Terceiros evidenciará um valor de R\$ 10.850,00, sendo R\$ 1.350,00 de juros passivos e R\$ 9.500,00 de despesa com utilidades e serviços.
- IV. A Remuneração do Capital Próprio evidenciará um valor de R\$ 25.581,60, sendo R\$ 15.348,96 de dividendos e R\$ 10.232,64 de lucros retidos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

Questão 48

Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor expressar uma opinião de auditoria inadequada ou tecnicamente equivocada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante e, para minimizá-los, a análise de riscos deve ser feita na fase do seu planejamento dos trabalhos.

(CFC, NBC TI 01 – Da Auditoria Interna.)

Para minimizar os riscos dessa ordem, devem ser considerados, principalmente, alguns aspectos relativos a eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de Auditoria Interna a serem aplicados, considerando o volume e a complexidade das transações e das operações; assinale o correto.

- A) Acesso às informações necessárias para executar a auditoria e tempo disponibilizado para realização do trabalho.
- B) Falhas intrínsecas e normais dos controles internos existentes na organização e de garantia que seu funcionamento continue de forma inadequada.
- C) Capacidade de os integrantes da equipe de auditoria executarem parcialmente o trabalho e redução da responsabilidade do auditor interno quando do uso do trabalho de especialistas.
- D) Abrangência delimitada ao utilizar o método de amostragem, que deve projetar e selecionar, preferencialmente, uma amostra que proporcione evidências de auditoria insuficientes e inapropriadas.

Questão 49

Um determinado município apresentou as seguintes informações sobre as ações judiciais das quais foi notificada em 20/10/2023:

Processo	Natureza da Obrigação	Probabilidade de Saída do Recurso	Tipo de Estimativa	Valor Estimado do Desembolso
1	Tributária	Provável	Estimativa confiável	R\$ 14.000,00
2	Trabalhista	Possível	Não há estimativa confiável	R\$ 12.000,00
3	Ambiental	Remota	Estimativa confiável	R\$ 8.000,00

Outras informações:

- O processo de natureza tributária, no valor de R\$ 14.000,00, refere-se à cobrança a maior do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU; é uma obrigação presente decorrente de evento passado, tem provável desembolso estimado de forma confiável;
- O processo de natureza trabalhista, no valor de R\$ 12.000,00, ajuizada por terceirizado que prestou serviços ao município por um ano, é uma obrigação que resulta de evento passado, tem possível desembolso cujo valor não pode ser estimado de forma confiável; e,
- O processo de natureza ambiental, no valor de R\$ 8.000,00, é uma obrigação que resulta de evento passado, a possibilidade de desembolso é remota apesar do valor ser estimado de forma confiável.

Considerando somente as informações apresentadas e a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, deve ser reconhecida uma provisão e contabilizada no Passivo com valor de

- A) R\$ 14.000,00 referente ao processo de natureza tributária.
- B) R\$ 12.000,00 referente ao processo de natureza trabalhista.
- C) R\$ 22.000,00, sendo R\$ 14.000,00 referente ao processo de natureza tributária e R\$ 8.000 referente ao processo de natureza ambiental.
- D) R\$ 26.000,00, sendo R\$ 14.000,00 referente ao processo de natureza tributária e R\$ 12.000,00 referente ao processo de natureza trabalhista; considerado como passivo contingente o valor de R\$ 8.000,00 referente ao processo de natureza ambiental, que não deve ser reconhecido, mas deve ser divulgado em Notas Explicativas.

Questão 50

A NBC TSP – Estrutura Conceitual, assim dispõe: “A apresentação corresponde à seleção, à localização e à organização da informação que é evidenciada nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG’s) [...] A organização da informação trata da disposição, agrupamento e ordenamento da informação [...] As decisões sobre a organização da informação levam em consideração: I. importantes relacionamentos entre a informação; e, II. se a informação é para exposição ou para evidenciação. Os relacionamentos importantes incluem, mas não se restringem ao aprimoramento, a similaridade e ao propósito comum”. Considerando as informações, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Aprimoramento.

2. Propósito comum.

3. Similaridade.

- () A informação apresentada em determinado lugar se baseia na informação evidenciada em outro local nos RPG’s e ela não foi ajustada ou teve ajustes pequenos, como a inclusão do custo dos serviços na informação de desempenho dos serviços.
- () A informação evidenciada em determinado lugar no RPG pode melhorar por meio de informações fornecidas em outro lugar, como o orçamento, a informação prevista e o desempenho de serviços que aperfeiçoam a informação das demonstrações contábeis.
- () A informação relatada em locais diferentes contribui para os mesmos fins, como aquelas sobre custo orçado e real sobre diferentes serviços ou recursos financeiros e não financeiros utilizados na prestação de diferentes serviços.

A sequência está correta em

A) 1, 2, 3.

B) 2, 1, 3.

C) 2, 3, 1.

D) 3, 1, 2.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

Questão 51

A *accountability* integra o léxico introduzido pela governança corporativa no contexto da governança pública. Em sua essência, refere-se à obrigação do gestor de prestar contas de maneira transparente à rede de partes interessadas das organizações que compõem a Administração Pública.

(Maximiano e Nohara, 2021.)

Em relação à *accountability* pública, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. *Accountability* horizontal.

2. *Accountability* vertical.

3. *Accountability* social.

- () Relaciona-se com os cidadãos, mas não se limita ao exercício do voto; depende da participação de entidades representativas da sociedade civil, como associações, sindicatos, imprensa e organizações não governamentais. Essa dimensão está vinculada à governabilidade e ao corporativismo.
- () Envolve a fiscalização e controle recíprocos dos Três Poderes, por meio de órgãos legalmente instituídos para essas funções – sistema de *checks and balances* (freios e contrapesos) estabelecido na Constituição, Tribunais de Contas, Ministério Público, controladorias e agências fiscalizadoras.
- () Constitui-se das ações realizadas, individual ou coletivamente, direcionadas pela sociedade àqueles que ocupam posições em instituições do Estado, eleitos ou não. Os cidadãos são as partes interessadas; os políticos e governos são seus agentes. Esses agentes têm a responsabilidade de agir com transparência e são responsabilizados (*accountable*) por seus atos perante os representados.

A sequência está correta em

A) 3, 1, 2.

B) 1, 2, 3.

C) 2, 3, 1.

D) 2, 1, 3.

Questão 52

“A _____ é a atribuição de atividades especiais ao servidor, compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica realizada por órgão municipal competente, que deverá emitir laudo circunstanciado.” De acordo com a Lei nº 7.863, de 18 de novembro de 1999, que institui o Estatuto dos Servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A) substituição

B) recondução

C) readaptação

D) reintegração

Questão 53

João da Silva, servidor público de carreira, foi delegado para compor a equipe que irá implementar um programa de *Compliance* na Câmara Municipal, cujo objetivo será assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, o fortalecimento e o funcionamento do sistema de controle interno da instituição, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade de suas ações. Além disso, com o programa de *Compliance*, a Câmara buscará disseminar uma cultura de controle para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes. Ao procurar por um Manual de Programas de *Compliance*, João da Silva identificou que um dos pilares dos programas compreende “a documentação que estabelece direitos e obrigações dos diretores da organização, gerentes, funcionários, agentes e parceiros comerciais para garantir uma cultura de integridade e valorização de comportamentos éticos”. Com base no exposto, qual dos pilares dos programas de *Compliance* foi mencionado por João da Silva?

- A) *Due Diligence*.
- B) Controles internos.
- C) Avaliação de riscos.
- D) Código de condutas.

Questão 54

De acordo com Lima (2022), os estudos recentes sobre governança corporativa entraram no radar dos Tribunais de Contas, e os gestores públicos precisam estar preparados para o tema, dadas as exigências que lhes serão impostas. Nesse sentido, a autora destaca a importância da governança para o setor público e exemplifica seus mecanismos, com base no Tribunal de Contas da União (TCU). Dentre os princípios para a boa governança, propostos pelo Banco Mundial e citados pelo TCU, na 2ª Edição do Referencial Básico de Governança no Setor Público, considere: “em sua atuação na gestão pública, Aristóteles agindo de acordo com os princípios da boa governança pública busca demonstrar confiança, zelo, economia e observância às regras e aos procedimentos do órgão ao utilizar, arrecadar, gerenciar e administrar bens e valores públicos”. As informações se referem à:

- A) Equidade.
- B) Eficiência.
- C) Probidade.
- D) Legitimidade.

Questão 55

Conforme apontado por Arellano e Coelho César (2017), com as mudanças do ambiente contemporâneo, o papel da gestão de pessoas foi ampliado, em função de todas as demandas que já existiam e outras novas que surgiram no decorrer dos últimos anos, como a necessidade da função de Recursos Humanos (RH) ser realizada em parceria com os gestores de linha e alta administração responsável pelo planejamento estratégico organizacional. Com toda essa complexidade surge, então, a Consultoria Interna em Recursos Humanos ou *Business Partner*. São consideradas atribuições de um consultor interno de RH, EXCETO:

- A) Tomar decisões e/ou avaliação e aprovação de decisões executivas sobre a orientação e os objetivos de longo prazo da função de RH.
- B) Treinar gerentes de linha para utilizar ferramentas de RH para resolver problemas e buscar oportunidades alinhadas com as necessidades do negócio.
- C) Assessorar os gerentes das unidades de negócio e facilitar reuniões, criar interface com as demais áreas de RH e atuar nos processos de RH garantindo eficácia.
- D) Participar ativamente de processo de mudança e cultura organizacional, mapeamento e gestão de competências, programas de estágio e *trainees*, comunicação interna de RH, práticas de reconhecimento, questões de mobilidade, diversidade, dentre outras.

Questão 56

O governo eletrônico, na concepção de Paludo (2013, p. 131), é definido como um instrumento para melhorar os serviços públicos e o relacionamento com a sociedade, mediante a utilização das tecnologias da informação e comunicação, para democratizar o acesso à informação, ampliar discussões e dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais. Sobre as premissas, princípios, benefícios e diretrizes do governo eletrônico, assinale a afirmativa correta.

- A) A exclusão e a seletividade digital são uma das principais premissas das ações do governo eletrônico, visto que nem todos os dados, informações e estatísticas devem estar disponíveis para o acesso de todo e qualquer cidadão.
- B) A implantação do governo eletrônico deve ser vista como uma estratégia particular de cada ente da federação, visto que a promoção do conjunto de políticas, padrões e iniciativas deve ser individualizada para respeitar o princípio da autonomia dos entes federativos e garantir maior eficiência e efetividade.
- C) A gestão do conhecimento é um instrumento estratégico de articulação e gestão das políticas públicas do governo eletrônico; um conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de assegurar a habilidade de criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar conhecimentos estratégicos.
- D) As estratégias de *e-democracia* relaciona-se a uma visão mais abrangente, sendo definida como a aplicação de meios eletrônicos e recursos da TI, na interação entre governo e cidadão e governo e demais agentes, e com a aplicação desses meios nas questões internas do governo, buscando simplificar e melhorar os seus processos internos.

Questão 57

Maria, residente em um determinado município, decidiu solicitar informações à Administração Pública local sobre os demonstrativos contábeis municipais nos anos anteriores. No entanto, antes de efetivar a solicitação, Maria resolveu compreender melhor os dispostos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida popularmente com o Lei de Acesso à Informação, que regula o acesso à informação. Com base nos dispostos da normativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicas. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de quinze dias a contar da sua ciência.
- II. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou restritiva.
- III. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas deverão ser objeto de restrição de acesso.
- IV. As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) IV.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) I, II e III.

Questão 58

De acordo com TCU (2014, p. 5), “o controle social exercido diretamente sobre as políticas públicas consubstanciadas em planos e leis orçamentárias traduz-se no controle que os membros da sociedade exercem sobre a execução orçamentária e financeira dos recursos públicos”. Sobre os mecanismos de controle social, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As conferências de políticas públicas são espaços institucionalizados de participação social que possuem como principal característica a reunião entre governo e sociedade civil para discussão e definição de diretrizes sobre determinada política pública.
- B) Os conselhos de políticas públicas são canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão dos bens públicos e na formulação e implementação das políticas.
- C) A transparência ativa é uma modalidade na qual as informações públicas são disponibilizadas ativamente pelo poder público, sem que haja uma solicitação prévia específica, em portais governamentais, nas cartas de serviços ao cidadão, nos portais de transparência e nos portais de dados abertos.
- D) A audiência pública constitui um canal de atendimento dedicado ao cidadão, permitindo-lhe expressar suas opiniões, julgamentos, dúvidas ou preferências em relação a quaisquer serviços públicos. Essa prática envolve as fases de recebimento, análise e encaminhamento de reclamações, elogios, sugestões e denúncias aos órgãos e entidades da Administração Pública.

Questão 59

Competência é uma palavra associada ao senso comum e utilizada para designar uma pessoa qualificada e bem-sucedida para realizar algo específico. Conceitualmente, representa uma integração e coordenação de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que, na sua manifestação, produzem uma atuação diferenciada.

(Chiavenato, 2020.)

Sobre os tipos de competências, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As competências individuais são as competências pessoais que cada gestor e colaborador devem construir e desenvolver para atuar nas várias e diferentes atividades da organização.
- () Competências essenciais da organização são as competências distintivas que toda organização precisa construir e possuir para manter sua vantagem competitiva sobre as demais. Para que uma competência seja considerada essencial, ela deve possuir: valor percebido pelos clientes, diferenciação entre os concorrentes e capacidade de expansão.
- () Competências gerenciais são as competências que cada unidade organizacional ou departamento deve construir e possuir para servir de base às competências essenciais da organização.
- () Competências funcionais são as competências que cada gestor ou líder precisa construir e desenvolver para atuar como gestor de pessoas e equipes em uma organização.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, F, V.
- C) F, F, V, F.
- D) F, V, V, V.

Questão 60

Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, Olívia desempenha o papel de chefe de gabinete, Margarida atua como assessora parlamentar e Sebastião ocupa um cargo de provimento em comissão de chefia. Durante uma reunião realizada no respectivo gabinete, alguns participantes levantaram questionamentos sobre o procedimento de exoneração aplicável aos cargos que ocupam. Diante da falta de conhecimento preciso acerca de todas as possibilidades estipuladas na Lei nº 7.863, de 18 de novembro de 1999, também conhecida como Estatuto dos Servidores da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Olívia, Margarida e Sebastião decidiram buscar esclarecimentos na legislação vigente. Com base no que está estabelecido na normativa, as situações que conduzem à exoneração automática de chefe de gabinete, assessor parlamentar e ocupante de cargo de provimento em comissão de chefia incluem, EXCETO:

- A) Ao final da legislatura, exceto para o ocupante de cargo de gabinete parlamentar cujo titular tenha sido reeleito.
- B) Quando não satisfeitas as condições para aquisição de estabilidade, aprovação em estágio probatório e atingimento de metas e resultados.
- C) Ao final do mandato da Mesa, para cargo de provimento em comissão de chefia e de recrutamento amplo pertencente à estrutura da secretaria.
- D) A partir da data em que o titular do gabinete parlamentar que tenha feito a indicação para a nomeação se afaste definitivamente da vereança, salvo se o servidor for indicado nos três dias seguintes por outro Vereador, caso em que será considerado de efetivo exercício o tempo de afastamento.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 2 (duas) dissertações sobre temas específicos da área respectiva do cargo. Será avaliada em 100 (cem) pontos, sendo 50 (cinquenta) pontos para cada dissertação.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas para cada resposta. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação para cada questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	38 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	12 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequência do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,4 ponto, até o limite de 12 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Questão 01

A Câmara de Vereadores é o Poder Legislativo do ente federativo municipal. O Plenário é o órgão máximo de decisões do Poder Legislativo e se reúne, regularmente, nos primeiros dez dias úteis de cada mês (à exceção de janeiro), para discutir e votar proposições. Esses encontros são chamados de reuniões plenárias, onde são apreciados, também, projetos de resolução, propostas de emenda à Lei Orgânica, requerimentos e proposições similares. Durante as reuniões, é reservado um tempo de fala a cada um dos vereadores, oportunidade que pode ser usada para expressarem suas opiniões sobre assuntos da atualidade que considerarem relevantes.

(Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br>. Adaptado.)

Considerando o texto anterior apenas como motivador, disserte, esclarecendo os seguintes pontos: a) Definição de concurso público para provimento de cargos públicos na Câmara Municipal de Belo Horizonte; b) forma adequada para provimento dos cargos públicos dos aprovados no concurso da Câmara Municipal de Belo Horizonte e a diferença dessa forma de provimento para a forma de provimento de cargos de confiança na referida Câmara; c) o regime jurídico ao qual se submeterão os candidatos aprovados quando assumirem o cargo; d) nome dado à aceitação formal, pelo servidor, das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo público, concretizada com a assinatura do respectivo termo pela autoridade competente e pelo candidato aprovado; e, e) o prazo para que o candidato aprovado no concurso público da Câmara Municipal de Belo Horizonte entre em exercício, a partir de quando referido prazo começa a ser contado e o que acontecerá com o candidato aprovado que cumpriu todas as etapas anteriores, mas não entrou em exercício no prazo legalmente estabelecido.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE/MG

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



Questão 02

O ano de 2024 é atípico para a Administração Pública municipal, pois serão realizadas eleições para definição de prefeitos, de vice-prefeitos e de representantes das Câmaras de Vereadores. Em 2024, é preciso se atentar às normas eleitorais e aos regramentos do último ano de mandato, comuns de todos pleitos, além da necessidade de se acostumar com a revogação da antiga Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993), da Lei do Pregão (Lei nº 10.520/2002) e dos artigos 1º a 47-A do RDC — Regime Diferenciado de Contratações (Lei nº 12.462/2011). A partir deste ano, deverão ser adotados os ditames da Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Ciente das especificidades a serem observadas para novos procedimentos licitatórios e contratos administrativos, disserte, esclarecendo os seguintes pontos: a) definição de Licitação e de Contrato na administração pública; b) os quatro objetivos legalmente estabelecidos de um processo licitatório, conforme legislação vigente; c) as cinco modalidades de licitações, conforme legislação vigente; d) os seis critérios de julgamento passíveis de serem utilizados quando da apresentação das propostas em processos licitatórios, conforme legislação vigente; e) definição legalmente estabelecida para “habilitação” em processo de licitação na Administração Pública e as quatro divisões legalmente estabelecidas para a fase de habilitação.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	







INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos; 2 (duas) questões discursivas para os cargos superiores, exceto, para os cargos de procurador e redator; 1 (uma) peça prático-profissional privativa de advogado (petição ou parecer) para o cargo de procurador; 1 (uma) proposição normativa, com justificativa para o cargo de redator; e, ainda, 1 (uma) redação para o cargo de Técnico Legislativo II.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público. Será disponibilizado, ainda, um ponto de acesso à *Internet* para o candidato no endereço indicado no item 1.12 do Edital.